



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Memorial de calculo**  
**Planilha IN 05/17**

**OBSERVAÇÕES E ESCLARECIMENTOS QUANTO A COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

O propósito das planilhas de composição de custos é fornecer uma análise detalhada dos diversos elementos de custo que contribuem para a determinação do preço dos itens ou serviços (como os postos de trabalho). Anexadas a elas estão as descrições minuciosas de cada componente, juntamente com planilhas editáveis para facilitar o preenchimento. Essas planilhas são então submetidas à comissão de licitação para avaliação.

O principal elemento de despesa consiste na remuneração dos trabalhadores, conforme estipulado pela convenção coletiva da categoria ou os termos de referência aplicáveis. A isso são adicionados os encargos sociais e trabalhistas exigidos por lei. Além disso, são incluídos os custos dos benefícios mensais e diários oferecidos aos funcionários, bem como os custos dos materiais e equipamentos utilizados na prestação dos serviços.

Acontece que certos elementos de custo que contribuem para a formação do preço são estabelecidos por lei ou por regulamentação, o que significa que esses valores não variam de uma empresa para outra, como é o caso do percentual de FGTS, por exemplo. No entanto, outros componentes de custo não têm um valor fixo definido, pois variam de acordo com a estratégia de negociação e a situação específica de cada empresa.

Na elaboração de sua proposta, a empresa deve adotar, em sua planilha de custos e formação de preços, o valor exato estabelecido pelo instrumento correspondente (seja lei, sentença normativa, acordo coletivo, convenção coletiva, ou qualquer outro ato legal que imponha sua observância obrigatória).

Para os componentes de custos cujos valores não são fixados por instrumento legal, cada empresa terá liberdade para defini-los, conforme sua estratégia negocial, nesse caso a empresa deverá apresentar seu memorial de cálculo justificando os percentuais/ valores praticados, para análise.

Estas composições são apenas estimadas, desta forma, para pagamento será necessário a confecção de planilha de medição mensal, atestada pelo FISCAL DO CONTRATO com os valores EFETIVAMENTE utilizados em cada mês.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**MEMORIAL DESCRITIVO E DE CÁLCULOS DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO  
DE OBRA ESPECIALIZADA**

## **1. INTRODUÇÃO**

A planilha de composição de custos referente a contratação de mão de obra mensalista foi elaborada conforme PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, referente ao modelo disponibilizado na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, é inspiracional, devendo ser adaptado pelo órgão ou entidade contratante às suas necessidades.

## **2. REMUNERAÇÃO - MÃO DE OBRA**

Os valores dos salários foram definidos com base no piso salarial constante na Convenção Coletiva de Trabalho de cada categoria.

- **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026 SELURES - SINDICATO ESTADUAL DAS EMPRESAS DE LIMPEZA URBANA DO ESPÍRITO SANTO, CNPJ nº 13.334.280/0001-16 e SINDICATO DOS MOTORISTAS, AJUD, COBR E OP DE MAQ SOBRE PNEUS DO SUL DO EST DO ESPÍRITO SANTO, CNPJ nº 00.856.979/0001-02. MTE: ES000494/2025.**

- **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026 SELURS - SINDICATO ESTADUAL DAS EMPRESAS DE LIMPEZA URBANA DO ES, CNPJ nº 13.334.280/0001-16, SINDICATO TRAB EMPESAS ASSEIO CONS LIMP PUB E SERV SIMIL ES, CNPJ nº 32.479.073/0001-02. MTE: ES000078/2026.**

### **COMPOSIÇÃO DA PLANILHA DE CUSTO**

Identificação do Serviço

Dados Complementares

- **Módulo 1 – Remuneração**
- **Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, mensais e diários**
- **Módulo 3 – Provisão para Rescisão**
- **Módulo 4 – Reposição do Profissional Ausente**
- **Módulo 5 – Insumos Diversos**
- **Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**O Módulo 1**

Composição da Remuneração		VALOR
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros	
TOTAL		

**Previstos**

**MÓDULO 1**

**Notas:**

1. O modulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço conforme **CLÁUSULA TERCEIRA da CCT ES000494/2025 e da CLÁUSULA QUARTA da CCT ES000078/2026**, com as observações da, e atualizações em decorrência de comandos legais

2. Em obediência ao art. 7º da CF/1988, inciso IV, o valor do salário será eventualmente ajustado caso o piso da categoria indique valor abaixo do salário mínimo nacionalmente unificado.

**3. Adicional de Insalubridade:**

**Cálculo para Coletor e Supervisor:** Em obediência a Cláusula 11ª da CCT ES000078/2026.

Insalubridade = Piso Mínimo da categoria + 40%:

**Cálculo para Motorista Veículos A e Motorista B:** Em obediência a Cláusula 22ª da CCT ES000494/2025.

Insalubridade = Salário Mínimo Nacional + 20%:

**4. Adicional de hora extra:**

**Coletor:** Para fins de composição dos custos com mão de obra, considera-se a previsão de até 40 horas extras mensais por colaborador, sendo 20 horas com adicional de 50% (dias úteis) e 20 horas com adicional de 100% (domingos e feriados).

Em obediência a Cláusula 9ª da CCT ES000078/2026

Calculo para adicional de hora extra em dias normais (50%)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

$(\text{Piso salarial} / 220\text{h}) * 1,5 * 20\text{h}$

Calculo para adicional de hora extra em dias de domingos e feriados (100%)

$(\text{Piso salarial} / 220\text{h}) * 2 * 20\text{h}$

**Motorista Veículos A e Motorista B:** Para fins de composição dos custos com mão de obra, considera-se a previsão de até 40 horas extras mensais por colaborador, sendo 20 horas com adicional de 50% (dias úteis) e 20 horas com adicional de 100% (domingos e feriados).

Em Obediência a Cláusula 21ª CCT ES000494/2025.

Calculo para adicional de hora extra (50%)

$(\text{Piso salarial} / 220\text{h}) * 1,5 * 20\text{h}$

Calculo para adicional de hora extra em dias de domingos e feriados (100%)

$(\text{Piso salarial} / 220\text{h}) * 2 * 20\text{h}$ .

**5. Gratificação Trabalhadores:**

**Motorista Veículos A e B:** Fica pactuado que a partir de 1º de maio de 2025 será pago, juntamente com os salários, uma gratificação mensal no valor de R\$259,94 (Duzentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), após a aplicação do índice de 8,5% (oito virgula cinco por cento), para os trabalhadores representados pelo SINDIMOTORISTAS.

Em obediência a Cláusula 3ª CCT ES000494/2025.

**MÓDULO 2**

**ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

Submódulo 2.1 – 13º salário, Férias e Adicional de Férias

Submódulo 2.2 – GPS, FGTS e outras contribuições

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários

13º Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR
A	13º Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	
TOTAL		

**Submódulo 2.1:**

Base de cálculo = módulo 1

**Férias e Adicional de Férias**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

✓ Férias = salário de férias após término dos 12 meses de contrato (Nota 3 da IN 07/18).  
Cálculo:  $1 \text{ Salário} / 12 \text{ meses} * 100 = 8,33\%$

**Custo não renovável**

✓ Gratificação de férias = terço constitucional. Cálculo:  $(1/3) \text{ do salário} / 12 \text{ (meses)} * 100 = 2,78\%$   
Somatório = 11,11%

**Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outras contribuições:**

GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR
A	INSS	20,00	
B	Salário Educação	2,50	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50	
E	SENAI - SENAC	1,00	
F	SEBRAE	0,60	
G	INCRA	0,20	
H	FGTS	8,00	
<b>TOTAL</b>			

**Notas:**

- 1. Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e das demais contribuições são

Aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

- 2. O percentual do SAT, para efeito de estimativa de custo e que deverá ser pago pela

contratada é de 3% (três por cento), conforme histórico de contratos deste órgão.

- 3. Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1 somado ao Submódulo 2.1.

Memória de cálculo:

Alínea A:  $\text{INSS} = (\text{Total da remuneração} + 13^{\circ} \text{ salário} + \text{Férias e Adicional de Férias}) \times \text{Alíquota do INSS Empregador (20\%)}.$

Alínea B:  $\text{Salário Educação} = (\text{Total da remuneração} + 13^{\circ} \text{ salário} + \text{Férias e Adicional de Férias}) \times \text{Alíquota do Salário Educação (2,5\% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional)}.$

Alínea C:  $\text{SAT} = (\text{Total da remuneração} + 13^{\circ} \text{ salário} + \text{Férias e Adicional de Férias}) \times \text{Alíquota do SAT (3\%)} \text{ Alíquota praticada nos contratos do contratante}.$



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Alínea D: SESC ou SESI = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do SESC ou SESI (1,5% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea E: SENAI ou SENAC = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do SENAI ou SENAC (1% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea F: SEBRAE = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquota do SEBRAE (0,60% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea G: INCRA = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquotado INCRA (0,20% para Lucro Real e Lucro Presumido e zero para Simples Nacional).

Alínea H: FGTS = (Total da remuneração + 13º salário + Férias e Adicional de Férias) x Alíquotado FGTS (8%).

**Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários:**

**Valores Absolutos**

Benefícios Mensais e Diários		VALOR
A	Transporte	
B	Auxílio – Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros	
TOTAL		

**Transporte**

Lei nº 7.418/1985: obrigação de pagar deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho-residência. Será custeado:

- Pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento.
- Pelo empregador, no que exceder à parcela referida no item anterior.

VT = 25 (**Número de dias trabalhados no mês**) X 2 (ida e volta) X tarifa da passagem - (0,06 X salário básico)

O município disponibiliza transporte gratuito (TRANSKENNEDY).

**Auxílio Refeição/Alimentação**

Alimentação não é uma obrigação legal imposta ao empregador. Deve ser observada previsão na CCT.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**VA = 25 (Número de dias trabalhados no mês) X (Valor mínimo diário)**

Caso haja desconto previsto na CCT (alíquota de compartilhamento):

**VA = 25 (Número de dias trabalhados no mês) X (Valor mínimo diário) X (100% - % desconto).**

**Assistência Médica e Familiar**

A Assistência Médica e Familiar não é uma obrigação legal imposta ao empregador. Deverá ser observada a CCT, inclusive acerca do valor mínimo estabelecido.

**Cálculo**

Valor mensal do plano de saúde previsto na CCT subtraído do valor de desconto por empregado.

**Alínea C:** Assistência Médica e Familiar = (Valor mensal do benefício)

Observação: Assistência Médica:

**OBS: DO PLANO DE ASSISTENCIA MÉDICA;**

**Coletor e Supervisor:** Cláusula 14ª da CTT ES000078/2026

As empresas abrangidas por esta convenção coletiva de trabalho fornecerão Planos de Assistência Médica, permitindo-se a participação dos empregados nos custos até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor correspondente. Este benefício será concedido após o vencimento do contrato de experiência, o qual não poderá ser superior a 90 (noventa) dias.

**Motorista A e Motorista B:** Cláusula 13ª da CCT ES000494/2025.

As empresas ficarão obrigadas a contratar plano de saúde para seus empregados, que poderá ser co-participativo. A empresa arcará com o pagamento de 65% (sessenta e cinco por cento) do custo da mensalidade. O empregado arcara com o pagamento de 35% (trinta e cinco por cento) do custo da mensalidade, mais o total de utilização da co-participação. Este benefício será concedido após o vencimento do contrato de experiência, que não poderá ser superior a 90(noventa) dias.

**Alínea D:** AUXÍLIO CRECHE - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA CCT ES000078/2026

Observação: O município disponibiliza gratuitamente

**Alínea E:** Seguro de Vida = (Valor mensal do benefício)

Observação: Seguro de Vida:

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA CCT ES000078/2026 e CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA da CTT ES000494/2025;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Alínea F:** Plano de Assistência Odontológica = (Valor mensal do benefício)

Observação: Assistência Odontológica:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA da CCT ES000078/2026 e CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA da CTT ES000494/2025;

**MÓDULO 3: Provisão para rescisão**

Provisão Para Rescisão		VALOR
A	Aviso prévio indenizado	
B	FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição sobre API	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	GPS, FGTS e outras contribuições sobre APT	
F	Multa do FGTS e contribuição sobre APT	
<b>TOTAL</b>		

**Base de Cálculo = módulo 1**

**Aviso Prévio Indenizado (API)**

Valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justa causa e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no §1º do art. 487 da CLT.

Devido à imprevisibilidade, esse é um montante que a empresa deverá provisionar.

O provisionamento estimativo é feito, em geral, com base em índice de rotatividade anual.

Aviso Prévio Indenizado (API)

O estudo do CNJ – publicado pela Resolução 98/2009 estabeleceu que uma ROTATIVIDADE média de **5%**.

De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.  $((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$ . (Linha A)

Lei 12.506/2011 – Indenização proporcional ao tempo de vínculo do profissional com a empresa. Acrescer 3 dias por ano de trabalho (até 60 dias adicionais).

**Aviso Prévio Indenizado (API)**

Incidência do FGTS sobre API (linha B)

Sobre o valor do Aviso Prévio Indenizado, é devido o depósito relativo ao FGTS.

Cálculo: 8% (alíquota do FGTS) sobre o valor do API.

$8\% \times 0,42\% = 0,03\%$  (linha B).

**Aviso Prévio Trabalhado (APT)**

Aviso Prévio Trabalhado: Refere-se aos sete dias corridos que o empregado pode faltar quando está trabalhando sob aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Considerando que ao final dos 12 meses de contrato todos serão demitidos (100%). Logo a provisão representa:  $((7/30)/12) \times 100 = 1,94\%$  (linha D).

**Aviso Prévio Trabalhado (APT)**

Incidência do GPS, FGTS e outras contribuições sobre o APT (linha E)

Multiplicar a alíquota total do submódulo 2.2 pela alíquota do APT.

**Cálculo:** Ex:  $36,80\%$  (Submódulo 2.2)  $\times 1,94$  (APT) =  $0,71\%$  (linha E).

**Aviso Prévio Trabalhado (APT)**

Multa do FGTS e contribuição social sobre APT (linha F) Sobre os depósitos de FGTS é devida a multa e a contribuição social. (40% + 10%) Lei 13.932/19

**Cálculo:**

- Antes de 2020:  $(1 \text{ Remuneração} + 0,0833 \text{ 13º Salário} + 0,0833 \text{ Férias} + 0,0278 \text{ Adic. Férias}) \times 0,08 \text{ FGTS} \times 0,5 \text{ Multa} = (1,1944) \times 0,08 \times 0,5 = 4,78\%$ .
- A partir de 2020:  $(1 \text{ Remuneração} + 0,0833 \text{ 13º Salário} + 0,0833 \text{ Férias} + 0,0278 \text{ Adic. Férias}) \times 0,08 \text{ FGTS} \times 0,4 \text{ Multa} = (1,1944) \times 0,08 \times 0,4 = \mathbf{3,82\%}$ .

**MÓDULO 4 :CUSTO DE REPOSIÇÃO DO /PROFISSIONAL AUSENTE**

**Submódulo 4.1 – Ausências Legais**

**Submódulo 4.2 – Intra jornada**

Substituto nas Ausências Legais		VALOR
A	Substituto na cobertura de <b>Férias</b>	
B	Substituto na cobertura de <b>Ausências Legais</b>	
C	Substituto na cobertura de <b>Licença Paternidade</b>	
D	Substituto na cobertura de <b>Ausência por acidente de trabalho</b>	
E	Substituto na cobertura de <b>Afastamento Maternidade</b>	
F	Substituto na cobertura de <b>Outras Ausências</b>	
<b>TOTAL</b>		

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

**Submódulo 4.1:**

Base de cálculo = Mód 1 + Mód 2 + Mód 3.

**Substituto na cobertura de Férias**

Cada trabalhador possui, constitucionalmente, o direito a 30 dias de férias por ano. (C. F. art. 7º, inciso VIII, Lei nº 4.090/62 e Lei nº 7.787/89).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

A empresa contratada deverá substituí-lo no período das férias por outro profissional, para não prejudicar a prestação do serviço.

Como haverá o pagamento de um salário por ano, basta apropriar esse custo mensalmente:  $1(\text{salário})/12 = 8,33\%$ .

Substituto na cobertura de Ausências Legais Conjunto de casos em que o funcionário pode faltar por determinadas razões, com amparo legal, e a contratada deve repor essa mão-de-obra. Pela lei, cada funcionário tem direito a faltar:

- 2 dias em caso de morte do cônjuge, ascendente ou descendente;
- 1 dia para registro de nascimento de filho;
- 3 dias para casamento;
- 1 dia para doação de sangue;
- 2 dias para alistamento eleitoral; e
- 1 dia para exigências do serviço militar; entre outros;

**Substituto na cobertura de Ausências Legais**

O Ministério da Previdência informou que há, em média, 2,96 faltas por ano nesta rubrica.

Fundamentação: arts. 473 e 83 da CLT.

Cálculo:  $\frac{2,96 \text{ dias}}{30 \text{ dias}} \times \frac{1}{12 \text{ meses}} = 0,0082 = 0,82\%$

**Substituto na cobertura de Licença**

Paternidade Segundo a C.F., refere-se à ausência de 5 (cinco) dias corridos iniciados no dia do nascimento do filho.

De acordo com o Acórdão TCU 1904/07-Plenário, com base em estudo do IBGE, a média de trabalhadores que são pais durante o ano é de 1,5%.

**$5 \text{ (faltas)} / 30 \text{ (dias)} / 12 \text{ (meses)} \times 1,5\% \text{ (dos trabalhadores)} = 0,02\%$**

**Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho**

Acidente de Trabalho: O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT.

De acordo com os números do Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.

Assim a provisão corresponde a:  $((15/30)/12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$ .

**Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade**

Serão relevantes para o cálculo a característica do pessoal contratado pela empresa, o tipo de serviço e a incidência de mulheres na prestação de serviços.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

A licença maternidade está prevista no art. 392 da CLT:

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

Dias de licença / dia no mês =  $120 / 30 = 4$  meses

- % de mulheres (serviço de limpeza) = 48,33%
- Expectativa mensal de licença-maternidade (IBGE 2010): 0,0032
- Alíquota =  $4 \times 48,33 \times 0,0032$  Alíquota estimada = 0,62% Alíquota empresa cidadã = 0,93%

**Submódulo 4.2:**

**Base de cálculo = mód 1 + mód 2 + mód 3**

**Notas:** 1. Não se verifica a necessidade de cobertura do profissional no período intrajornada para repouso/alimentação.

Substituto na Intra-jornada		VALOR
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	
TOTAL		

**MÓDULO 5**

**VALORES ABSOLUTOS INSUMOS UNIFORMES**

Insumos Diversos		VALOR
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros	
TOTAL		

CLT - Art. 456-A - Cabe ao empregador definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.

Custo do uniforme é da empresa contratante / Custo de higienização do uniforme é do empregado.

**BASE DE CALCULO PARA OS INSUMOS E OUTROS CALCULO:**

**FORMULA:** MÉDIA ARITMÉTICA DOS VALORES OBTIDO \* AS QUANTIDADE  
DEMANDADAS

12 MESES

**MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCROS**

Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C1. tributos federais		
	C2. tributos estaduais		
	C3. tributos municipais		
<b>TOTAL</b>			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Custos Indiretos

Base de Cálculo = 1 + 2 + 3 + 4 + 5

O manual de orientação do MPOG estabelece como valores limites para os serviços de vigilância e limpeza os percentuais de 6% e 3%, respectivamente.

**Lucro**

**Base de Cálculo = 1+2+3+4+5+CI IN 05/2017 – Anexo I**

XI – Lucro: ganho decorrente da exploração de atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre o efetivamente executado pela empresa, a exemplo de remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.

No cálculo dos valores limites dos serviços de vigilância e limpeza o manual estabeleceu o percentual de 6,79%.

(Quadro demonstrativo do CITL – Serviços de limpeza e vigilância).

**Lucro Real X Lucro Presumido Decreto Federal 9580/2018 Tributos**

Base de Cálculo = receita bruta



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria. (art. 3º - CTN – Lei nº 5.172/66).

- PIS – Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público;
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;
- ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

**PIS** Contribuintes: pessoas jurídicas de direito privado de fins lucrativos e as que lhes são equiparadas pela legislação

Base de Cálculo: receita bruta mensal, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Alíquota: 1,65% para Limpeza, conforme previsto no artigo 2º da Lei nº 10.637/02.

**COFINS** contribuintes: pessoas jurídicas de direito privado de fins lucrativos e as que lhes são equiparadas pela legislação

Base de Cálculo: Composta pela totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. Alíquota: 7,60% (Art. 2º da Lei 10.833, de 29/12/03).

REGIME DE TRIBUTAÇÃO	PIS	COFINS
LUCRO PRESUMIDO	0,65%	3,00%
LUCRO REAL	1,65%	7,60%

**ISS** contribuintes: pessoas jurídicas de direito privado de fins lucrativos e as que lhes são equiparadas pela legislação. Base de Cálculo: composta pela totalidade das receitas auferidas com prestação de serviços pela pessoa jurídica.

Alíquota: Segundo o CTN, até 5% de acordo com o serviço.

Local de tributação: art. 3º, inciso XX da LC 116/2003 – imposto devido no local do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa. (Fornecimento de mão de obra).

### **Tributos**

**Acórdão TCU 950/2007 e Súmula 254/2010:** Parcelas relativas a gastos com os tributos IRPJ e CSLL não devem constar dos orçamentos básicos das licitações, dos formulários para proposta de preços constantes dos editais e das justificativas de preço a que se refere o art. 26, inciso III, da Lei 8.666/1993, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, não podendo ser aceitas também propostas de preços contendo custos relativos aos tributos citados, seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha ou orçamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

**Manual do MPU**

Fórmula

$$\frac{(\text{Somatório dos Módulos } 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + \text{Custos Indiretos} + \text{Lucro}) \times \% \text{ do tributo}}{(1 - \sum \% \text{ dos tributos})}$$

Metodologia de Cálculo

Os tributos têm como base de cálculo o valor do **faturamento**, conforme consta da Nota 2 do Módulo 6 do Anexo VII-D da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, que é calculado por meio da soma das despesas com mão de obra e insumos (somatório dos Módulos 1 a 5), mais os custos indiretos e, ainda, o lucro, dividindo-se, ainda, pela diferença entre a unidade (1) e o somatório dos tributos PIS, Cofins e ISS (**8,65%**). Por fim, o resultado dessa equação é multiplicado pelo respectivo percentual do encargo.

**PLANILHA DE CUSTO**

**PRESIDENTE KENNEDY, DE 29 DE ABRIL DE 2026.**

---

**Maiara Fernandes Batista**  
**Engenheira de Segurança do Trabalho**  
**CREA/ES 058102/D**